Instituto do Desporto de Portugal, I. P.

Despacho (extracto) n.º 20 090/2007

Por despacho de 1 de Agosto de 2007 do presidente do Instituto do Desporto de Portugal, I. P., foi Paulo Antunes Pires, técnico superior de 2.ª classe do quadro de pessoal do ex-Instituto Nacional do Desporto, nomeado, precedendo concurso interno de acesso limitado e obtida a confirmação de declaração de cabimento orçamental da 1.ª Delegação da Direcção-Geral do Orçamento, na categoria de técnico superior de 1.ª classe da carreira técnica superior de desporto, ficando posicionado no escalão 1, índice 460, com efeitos a partir da data da aceitação do lugar. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Agosto de 2007. — O Vice-Presidente, *Rui Xavier Mourinha*.

Despacho (extracto) n.º 20 091/2007

Por despacho de 26 de Abril de 2007 da Direcção do Instituto do Desporto de Portugal, foi José António Pinto Gomes, técnico superior principal do quadro de pessoal do ex-Complexo de Apoio às Actividades Desportivas, nomeado, precedendo concurso interno de acesso limitado e obtida a confirmação de declaração de cabimento orçamental da 1.ª Delegação da Direcção-Geral do Orçamento, na categoria de assessor da carreira técnica superior de desporto, ficando posicionado no escalão 1, índice 610, com efeitos a partir da data do despacho. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Agosto de 2007. — O Vice-Presidente, *Rui Xavier Mourinha*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA.

Despacho n.º 20 092/2007

O Decreto-Lei n.º 22/2006, de 2 de Fevereiro, através do qual foi dada consagração legal ao Serviço de Protecção da Natureza e Ambiente (SEPNA) da Guarda Nacional Republicana, atribuiu a esta força de segurança a missão de coordenação, a nível nacional, de toda a actividade de prevenção, vigilância e detecção de incêndios florestais.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006, de 26 de Maio, aprovou o Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios, que atribui ao SEPNA a competência para delinear os circuitos de vigilância e fiscalização, tendo em consideração o mapa de intervisibilidades dos postos de vigia (rede fixa). Esta vigilância fixa constitui a primeira linha de detecção de ignições e, por isso, mereceu os necessários ajustamentos no tocante à sua localização.

Neste âmbito, transitou da Direcção-Geral dos Recursos Florestais para a Guarda Nacional Republicana a responsabilidade pela Rede Nacional de Postos de Vigia.

No corrente ano, compete à Guarda Nacional Republicana, no âmbito da Rede Nacional de Postos de Vigia assegurar o funcionamento de 227 postos.

Na rede primária encontram-se integrados 69 postos que deverão estar plenamente operacionais entre 15 de Maio e 30 de Setembro do corrente ano, enquanto que os postos que constituem a rede secundária, num total de 158, deverão estar plenamente operacionais entre 1 de Julho e 30 de Setembro do corrente ano.

A operacionalidade exigida torna necessária a existência de 138 vigilantes a partir de 15 de Maio e de mais 770 vigilantes a partir de 1 de Julho.

A Guarda Nacional Republicana não dispõe de pessoal para afectar a este programa. Por esta razão torna-se indispensável a contratação de vigilantes para dar operacionalidade à Rede Nacional de Postos de Vigia.

Assim, considerando os fundamentos invocados e ao abrigo do artigo 12.º, n.º 7, do Decreto-Lei n.º 41/84, de 3 de Fevereiro, e dos artigos 7.º, n.º 2, e 9.º, n.º 5, da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho determina-se:

1 — Descongelar as admissões indispensáveis ao funcionamento da Rede Nacional de Postos de Vigia no ano de 2007, que se consubstanciam na contratação a termo resolutivo de 138 vigilantes de 15 de Maio a 30 de Setembro e de 770 vigilantes de 1 de Julho a 30 de Setembro.

2 — Autorizar o comandante-geral a outorgar os contratos de trabalho a termo resolutivo da Administração Pública necessários ao funcionamento da Rede Nacional de Postos de Vigia no ano de 2007.

3 — O presente despacho produz efeitos desde 15 de Maio de 2007.

5 de Julho de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Ministro da Administração Interna, *Rui Carlos Pereira*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 20 093/2007

Considerando o despacho de 29 de Junho de 2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 31 de Julho de 2006, que exonera o conselheiro de embaixada do quadro I do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal diplomático, Dr. Luís Manuel Fernandes de Menezes de Almeida Ferraz do cargo de director de serviços do Centro Emissor da Rede Consular da Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas e o coloca na Embaixada de Portugal em Tunes;

Considerando que por despacho posterior do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas que nomeou o funcionário em apreço assessor do seu Gabinete:

Determino que:

1) Seja considerada sem efeito a colocação do conselheiro de embaixada Dr. Luís Manuel Fernandes de Menezes de Almeida Ferraz na Embaixada de Portugal em Tunes;

2) Seja exonerado do cargo de director de serviços da Rede Consular da Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas com efeitos a partir de 21 de Janeiro de 2007.

9 de Abril de 2007. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Luís Filipe Marques Amado*.

Despacho n.º 20 094/2007

1 — Atento o disposto nos artigos 9.º, 12.º e 13.º do Decreto-Lei n.º 133/85, de 2 de Maio, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 146/89, de 6 de Maio, no Decreto-Lei n.º 74-A/79, de 5 de Abril, e na alínea b) do artigo 1.º da Portaria n.º 972/83, de 12 de Novembro, autorizo a contratação do Dr. Gabriel Gameiro Rodrigues Bastos para exercer o cargo de conselheiro técnico na delegação permanente junto da Organização de Cooperação e Desenvolvimento — OCDE, em Paris, indo ocupar o lugar vago resultante da cessação de funções do Dr. José Manuel Nogueira Ramos, cujo extracto foi objecto de publicação no *Diário da República*, de 23 de Maio de 2006.

2 — O funcionário perceberá um vencimento ilíquido de € 1437,70, correspondente ao índice 440, escalão 1, da tabela 46.

3 — Pessoal não vinculado. Processo de admissão ao abrigo da autorização excepcional do Primeiro-Ministro e do Ministro de Estado e das Finanças, em 16 de Janeiro de 2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 44, de 2 de Março de 2007.

4 — Fica delegado no director do Departamento Geral de Administração a competência para a assinatura do referido contrato.

5 — O presente despacho produz efeitos a partir de 13 de Abril.

17 de Abril de 2007. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Luís Filipe Marques Amado*.

Despacho n.º 20 095/2007

1 — Nos termos do disposto na alínea e) do n.º 5 do artigo 1.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nos n.ºs 4 e 7 do artigo 23.º e na alínea b) do n.º 4 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 204/2006, de 27 de Outubro, na alínea e) do artigo 1.º da Portaria n.º 505/2007, de 30 de Abril, e no artigo 12.º do Decreto Regulamentar n.º 45/2007, de 27 de Abril, nomeio o conselheiro de embaixada do quadro I do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal diplomático, Nuno Mello Bello director de serviços da África Subsariana, da Direcção-Geral de Política Externa.

2 — O funcionário é nomeado para o exercício do referido cargo por possuir reconhecida aptidão e experiência profissional adequada, conforme *curriculum vitae* em anexo.

3 — O presente despacho produz efeitos a 1 de Maio de 2007.

16 de Julho de 2007. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Luís Filipe Marques Amado*.

ANEXO

Curriculum vitae

Nuno de Mello Bello nasceu em 14 de Maio de 1961, em Lisboa. Licenciado em Direito pela Universidade Livre de Lisboa.

Aprovado no concurso de admissão aos lugares de adido de embaixada, aberto em 11 de Setembro de 1986; adido de embaixada na Secretaria de Estado, em 30 de Junho de 1987; secretário de embaixada, em 19 de Abril de 1990; na Embaixada na Cidade da Praia, em 10 de Maio de 1991; na Secretaria de Estado, em 18 de Fevereiro de 1993; no gabinete do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, em 18 de Março do mesmo ano; comissão de serviço na Embaixada em Pretória, de Fevereiro a Agosto de 1994; no gabinete do mesmo Secretário de Estado, em 12 de Agosto do mesmo ano; adjunto do Gabinete do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, em 30 de Outubro de 1995; na Delegação junto da Organização do Tratado do Atlântico Norte, em Bruxelas, em 1 de Julho de 1996; primeiro-secretário de embaixada, em 2 de Março de 1998; cônsul-geral em Montreal, em 29 de Agosto de 2000; conselheiro de embaixada, em 17 de Maio de 2002; director de serviços da América do Norte, da Direcção-Geral das Relações Bilaterais, em Agosto de 2004; director de serviços da África Subsariana, em Dezembro de 2006.

Despacho n.º 20 096/2007

1 — Nos termos do disposto na alínea *e*) do n.º 5 do artigo 1.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nos n.ºs 3 e 7 do artigo 23.º e na alínea *b*) do n.º 4 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 204/2006, de 27 de Outubro, no quadro a que se refere o n.º 1 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 117/2007, de 27 de Abril, e na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 2.º da Portaria n.º 504/2007, de 30 de Abril, nomeio o conselheiro de embaixada do quadro I do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal diplomático, Pedro Manuel Bessone Gouvêa Leite de Sampaio director de serviços de Expediente da Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

2 — O funcionário é nomeado para o exercício do referido cargo por possuir reconhecida aptidão e experiência profissional adequada, conforme *curriculum vitae* em anexo.

3 — O presente despacho produz efeitos a 1 de Maio de 2007.

16 de Julho de 2007. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Luís Filipe Marques Amado*.

ANEXO

Curriculum vitae

Pedro Manuel Bessone Gouvêa Leite de Sampaio nasceu em 2 de Setembro de 1959, em Lisboa.

Licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa.

Aprovado no concurso de admissão aos lugares de adido de embaixada, aberto em 31 de Dezembro de 1987; adido de embaixada, na Secretaria de Estado, em 16 de Fevereiro de 1989; secretário de embaixada, em 7 de Junho de 1991; na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia, em Bruxelas, em 1 de Agosto de 1993; primeiro-secretário de embaixada, em 2 de Março de 1998; cônsul em Vancouver, em 15 de Agosto de 1998; na Secretaria de Estado, em 1 de Agosto de 2002; chefe de divisão na Direcção de Serviços das Organizações Económicas Internacionais, da Direcção-Geral dos Assuntos Multilaterais, em 8 de Outubro do mesmo ano; chefe de divisão da Direcção de Serviços do Médio Oriente e Magreb, da Direcção-Geral das Relações Bilaterais, em 17 de Março de 2005; conselheiro de embaixada em 21 de Junho de 2006; director de serviços do Arquivo e Expediente, da Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 16 de Agosto de 2006.

Medalha de mérito «Santos Dumont», do Brasil.

Despacho n.º 20 097/2007

1 — Nos termos do disposto na alínea *e*) do n.º 5 do artigo 1.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nos n.ºs 4 e 7 do artigo 23.º, na alínea *b*) do n.º 4 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 204/2006, de 27 de Outubro, no artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 46/2007, de 27 de Abril, e na alínea *a*) do artigo 1.º da Portaria n.º 506/2007, de 30 de Abril, nomeio o conselheiro de embaixada do quadro I do Ministério dos Negócios Estrangeiros — pessoal diplomático, António Manuel Albuquerque de Vilhena Moniz director de Serviços da Diplomacia Económica, da Direcção-Geral dos Assuntos Técnicos e Económicos.

2 — O funcionário é nomeado para o exercício do referido cargo por possuir reconhecida aptidão e experiência profissional adequada, conforme *curriculum vitae* em anexo.

3 — O presente despacho produz efeitos a 1 de Maio de 2007.

16 de Julho de 2007. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Luís Filipe Marques Amado*.

ANEXO

Curriculum vitae

António Manuel Albuquerque de Vilhena Moniz, nasceu em 1 de Dezembro de 1965, em Lisboa; licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa; curso de Formação Diplomática pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas; aprovado no concurso de admissão aos lugares de adido de embaixada, aberto em 18 de Março de 1991; adido de embaixada em 24 de Setembro de 1991; terceiro-secretário de embaixada, em 15 de Dezembro de 1992; na Representação Permanente junto da OSCE, em Viena, em 27 de Dezembro de 1996; segundo-secretário de embaixada, em 2 de Março de 1998; primeiro-secretário de embaixada em 24 de Setembro de 1999; na embaixada em Varsóvia, em 1 de Abril de 2003; na Secretaria de Estado, em 19 de Setembro de 2005; chefe de divisão de Acordos na Direcção de Serviços de Vistos e Circulação de Pessoas da Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas, em 7 de Novembro de 2005; conselheiro de embaixada em 21 de Junho de 2006; chefe de divisão na Direcção de Serviços das Organizações Económicas Internacionais da Direcção-Geral dos Assuntos Multilaterais, em 22 de Junho de 2006; a partir de 2 de Janeiro de 2007 a exercer funções de director de serviços, na vertente diplomacia económica, na Direcção-Geral dos Assuntos técnicos e Económicos.

Despacho n.º 20 098/2007

1 — Ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, exonero, a seu pedido, a assistente administrativa principal do quadro I do Ministério dos Negócios Estrangeiros Catarina Margarida Vigário Pires Ferreira Pacheco das funções de apoio administrativo que vinha exercendo no meu Gabinete.

2 — Quero ainda expressar público louvor pela dedicação, zelo e profissionalismo, bem como disponibilidade e qualidades pessoais evidenciadas na forma como exerceu as suas funções.

3 — A presente exoneração produz efeitos a partir de 9 de Julho de 2007.

17 de Julho de 2007. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Luís Filipe Marques Amado*.

Despacho n.º 20 099/2007

1 — Nos termos do disposto na alínea *e*) do n.º 5 do artigo 1.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nos n.ºs 4 e 7 do artigo 23.º e na alínea *b*) do n.º 4 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 204/2006, de 27 de Outubro, no n.º 3 do artigo 10.º e no quadro a que se refere o n.º 1 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 117/2007, de 27 de Abril, e na alínea *a*) do n.º 3 do artigo 2.º da Portaria n.º 504/2007, de 30 de Abril, nomeio o conselheiro de embaixada do quadro I do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal diplomático, Luís Manuel Ribeiro Cabaço director de serviços de Recursos Humanos do Departamento Geral de Administração da Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

2 — O funcionário é nomeado para o exercício do referido cargo por possuir reconhecida aptidão e experiência profissional adequada, conforme *curriculum vitae* em anexo.

3 — O presente despacho produz efeitos a 1 de Maio de 2007.

18 de Julho de 2007. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Luís Filipe Marques Amado*.

ANEXO

Curriculum vitae

Luís Manuel Ribeiro Cabaço nasceu em 1 de Março de 1967, em Lisboa.

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Aprovado no concurso de admissão aos lugares de adido de embaixada, aberto em 30 de Agosto de 1991; adido de embaixada, na Secretaria de Estado, em 13 de Maio de 1992; secretário de embaixada, em 28 de Outubro de 1993; na Embaixada em Londres, em 20 de Novembro de 1996; segundo-secretário de embaixada, em 2 de Março de 1998; na Secretaria de Estado, em 16 de Julho de 2001;